

LEITURA DINÂMICA

A imprensa colombiana e o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos da Colômbia fazem uma campanha de críticas contra o Exército brasileiro pela reação dos militares ao ataque de Traíra. Tuma divulga nota afirmando que não pretendeu atingir Tasso Jereissati. E a dona da ilha San-

to Aleixo nega que PC esteja comprando a propriedade, mas ele já esteve lá. Motta Veiga reage a declarações de Collor. E a Câmara adia a votação sobre as MPs. Da página 7 à 10, um balanço do primeiro ano de governo Collor. Na página 11, Quêrcia usa o programa de TV do PSD

para exaltar seu governo. E Fleury toma posse proibindo contratações. A nova Assembleia tem mais deputados do Interior que nunca. Na página 12, as relações entre os novos governadores e o Planalto dependerão do volume de recursos que Collor destinar a cada um dos Estados.

Traíra: reação é comparada a massacre.

INÁCIO MUZZI/AE

O principal jornal da Colômbia, *El Tiempo*, comparou ontem a reação militar brasileira ao ataque de seus soldados, na região do Traíra, ao caso conhecido na Colômbia como "massacre de El Amparo", quando tropas da Venezuela mataram pescadores alegando que eles eram guerrilheiros. Os colombianos não acreditam que os brasileiros eliminaram guerrilheiros e sim garimpeiros. O Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos da Colômbia está preparando um dossiê sobre as possíveis violações dos direitos humanos pelas tropas do Exército brasileiro acantonadas no rio Traíra, na fronteira com a Colômbia.

Em 30 de outubro de 1988, uma tropa da 2ª Divisão de Exército da Venezuela matou na cidade de El Amparo — na fronteira da Colômbia com a Venezuela —, 16 pescadores, sendo quatro deles colombianos. O general venezuelano Humberto Canejo alegou, na época, ter confundido os pescadores com guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional, da Colômbia, porque estes estariam carregando explosivos. Os militares foram julgados pela Corte Suprema de Justiça da Venezuela.

O assessor do delegado permanente do Comitê, Hector Pison, informou ontem que o pai de um dos garimpeiros detidos pelo Exército brasileiro na quarta-feira da semana passada, Luiz Alfonso Martinez, fez uma representação junto ao organismo, acusando os soldados do posto avançado de terem torturado seu filho.

O Comitê pretende também pressionar a Procuradoria Geral da República da Colômbia para que ela cobre do governo brasileiro a exumação dos corpos dos sete colombianos mortos pelo exército brasileiro. Segundo Pison, não é apenas a dúvida sobre a inocência daqueles mortos que leva o Comitê a lutar pela exumação. "Consi-

deramos também que o Exército brasileiro praticou um grave atentado contra os direitos humanos, ao negar a sepultura para esses mortos em seu solo pátrio", disse o assessor. Pison rechaçou com veemência o argumento usado pelos generais brasileiros para negar o transporte dos corpos. Os generais brasileiros afirmam que a guerrilha não está sujeita a Convenção de Genebra e portanto seus membros não têm direito a este tipo de *regalia*.

Ontem, começou a trabalhar em Tabatinga o coronel Flávio André Teixeira, da área de comunicação do Exército brasileiro. No seu primeiro encontro com os jornalistas o coronel ampliou o rol de contradições das versões do Exército sobre o ataque em que morreram sete colombianos. O coronel afirmou que o grupo de desconhecidos só foi atacado porque atirou primeiro, desmentindo a versão de que o ataque foi resultado de uma ação de surpresa.

Tinoco

O ministro do Exército, general Carlos Tinoco, pediu ao Comandante Militar da Amazônia, general Antenor de Santa Cruz Abreu, que lhe remeta um relatório completo e atualizado sobre a situação na região do rio Traíra. Ele tem que estar bem informado porque no dia 20 o ele estará no Congresso para responder às perguntas sobre o conflito.



Na semana passada o Exército brasileiro apresentou armas que pertenceriam aos supostos guerrilheiros.

Tuma publica nota: não pretendeu atingir Tasso.

Em nota oficial que os jornais publicam hoje, o secretário de Polícia Federal e diretor da Receita, Romeu Tuma, afirma que jamais pretendeu atingir a pessoa do ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati — autor de denúncias de intermediação suspeita de verbas do Ministério da Ação Social — no caso do inquérito policial que investiga a utilização de carimbos falsos de uso exclusivo da Receita Federal, da Secretaria da Fazenda e de outros órgãos públicos do Estado por empresas de propriedade do governador e de seus familiares.

"Em nenhum momento a Polícia Federal agiu com intenção de denegrir empresas ou pessoas, pois isto não faz parte da ética de nossa instituição. Agimos com o objetivo de apurar o delito e punir os criminosos", justifica a nota, que é assinada pelo diretor do Serviço de Comunicação Social, João Martins. "Isso encerra a questão, o secretário não voltará a falar sobre esse assunto", disse Martins, que foi incumbido por

Tuma de explicar aos repórteres que ontem o procuraram para comentar o caso Jereissati.

Segundo a nota, a empresa Frutop, do grupo Jereissati, sofreu uma devassa fiscal, resultando no pagamento de multa no valor de Cr\$ 18,5 milhões, e que a PF está aguardando a remessa de documentos falsos para a abertura de inquérito contra a empresa.

Pago

O comunicado — publicado como matéria paga em vários jornais — explica que as investigações identificaram o escritório de Carlos Wendt, como responsável pela venda de notas "frias". Em depoimento, Wendt forneceu os nomes de várias empresas que se utilizaram de seus serviços, para receber benefícios fiscais da Sudene. A nota afirma que a veiculação do nome da Imobiliária Jereissati "foi fruto da argúcia e tirocinio de um repórter".

Presidente do STF quer apressar novas leis

Ao assumir o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, o ministro Aldir Passarinho conclamou o Congresso Nacional a apressar a elaboração da legislação complementar da Constituição. "Creio que não pode haver demora maior para que as aspirações do povo quanto ao que ficou consignado no texto sejam correspondidas".

O novo presidente do STF exercerá o cargo apenas até o dia 19 de abril. Pelo sistema de rodízio dos tribunais superiores, o seu mandato deveria de ser de dois anos. Contudo, nessa data ele completa a idade limite de 70 anos e tem que se aposentar compulsoriamente. A partir daí será substituído por seu vice-presidente, ministro Sydney Sanches, também empossado ontem.